

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”) e Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”). Alcançará ainda os estados de Goiás e Tocantins por meio da controlada Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

| Empresas | Término da concessão | Área de abrangência |
|--|-----------------------------|---|
| Controladas | | |
| Elevações Portuárias S.A. | Março de 2036 | Porto de Santos-SP |
| Rumo Malha Paulista S.A. | Dezembro de 2058 | Estado de São Paulo |
| Rumo Malha Sul S.A. | Fevereiro de 2027 | Sul do Brasil e Estado de São Paulo |
| Rumo Malha Oeste S.A. | Junho de 2026 | Centro-Oeste e Estado de São Paulo |
| Rumo Malha Norte S.A. | Maio de 2079 | Centro-Oeste |
| Rumo Malha Central S.A. | Julho de 2049 | Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo |
| Portofer Ltda. | Junho de 2025 | Porto de Santos-SP |
| Coligadas | | |
| Terminal XXXIX S.A. | Outubro de 2050 | Porto de Santos-SP |
| TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A. | Agosto de 2027 | Porto de Santos-SP |
| Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A. | Agosto de 2027 | Porto de Santos-SP |

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

| Controladas | Participação direta e indireta | |
|---|---------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Logisport Armazéns Gerais S.A. | 51,00% | 51,00% |
| Elevações Portuárias S.A. | 100,00% | 100,00% |
| Rumo Luxembourg Sarl | 100,00% | 100,00% |
| Rumo Intermodal S.A. | 100,00% | 100,00% |
| Rumo Malha Oeste S.A. | 100,00% | 100,00% |
| Rumo Malha Paulista S.A. | 100,00% | 100,00% |
| Rumo Malha Sul S.A. | 100,00% | 100,00% |
| Rumo Malha Norte S.A. | 99,74% | 99,74% |
| Rumo Malha Central S.A. | 100,00% | - |
| Boswells S.A. | 100,00% | 100,00% |
| ALL Argentina S.A. | 100,00% | 100,00% |
| Paranaguá S.A. | 100,00% | 100,00% |
| ALL Armazéns Gerais Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| Portofer Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| Brado Logística e Participações S.A. | 62,22% | 62,22% |
| Brado Logística S.A. | 62,22% | 62,22% |
| ALL Mesopotâmica S.A. | 70,56% | 70,56% |
| ALL Central S.A. | 73,55% | 73,55% |
| Servicios de Inversión Logística Integrales S.A | 100,00% | 100,00% |
| Terminal São Simão S.A. ⁽ⁱ⁾ | 51,00% | - |

(i) A Companhia foi constituída em 22 de maio de 2020, e se encontra em fase pré-operacional.

b) Associadas:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2019), 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2019), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2019) e 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2019). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

c) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Cosan Logística S.A. ("Cosan Logística"), que detém 28,20% do seu capital. A controladora final da Companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou "NYSE" (ticker — CZZ).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Notas 5.12.1 e 5.12.2 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “vesting”.
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

| Moeda | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Dólar americano (USD) | 5,1967 | 4,0307 |
| Peso argentino (ARS) | 0,0619 | 0,0673 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

| Empréstimo | Empresa | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| Sênior Notes 2024 | Rumo Luxembourg | 104,17% | 107,90 % |
| Sênior Notes 2025 | Rumo Luxembourg | 105,96% | 107,27 % |
| Sênior Notes 2028 | Rumo Luxembourg | 108,75% | - |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

| | Valor contábil | | Ativos e passivos mensurados ao valor justo | |
|--|---------------------|--------------------|---|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | | Nível 2 | Nível 2 |
| Ativos | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 1.396.723 | 1.751.853 | 1.396.723 | 1.751.853 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 3.988.524 | 1.624.023 | 3.988.524 | 1.624.023 |
| Total | 5.385.247 | 3.375.876 | 5.385.247 | 3.375.876 |
| Passivos | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | (482) | - | (482) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (10.925.462) | (7.036.181) | (10.925.462) | (7.036.181) |
| Total | (10.925.462) | (7.036.663) | (10.925.462) | (7.036.663) |

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

| Risco | Exposição decorrente de: | Mensuração | Gestão |
|---------------------------|---|--|---------------------------------------|
| Risco de mercado - câmbio | (i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais. | (i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade | Moeda estrangeira |
| Risco de mercado – juros | Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos. | (iii) Análise de sensibilidade | Swap de juros |
| Risco de crédito | Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas. | (i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito | Disponibilidades e linhas de crédito |
| Risco de liquidez | Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas. | Fluxo de caixa futuro | Disponibilidades e linhas de crédito. |

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.614.419 | 11.884 |
| Contas a receber de clientes | 7.117 | 11.372 |
| Fornecedores | (55.572) | (6.639) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (11.091.184) | (5.798.048) |
| Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾ | 8.500.680 | 5.845.793 |
| Passivo de arrendamento | (99.217) | (65.348) |
| | (123.757) | (986) |

- (i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Dólar e Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2020, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

| Instrumento | Fator de risco | 31/12/2020 | | | | |
|---|---------------------|--------------|-----------------|-----------------|---------------|---------------|
| | | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Caixa e equivalentes de caixa | Flutuação do câmbio | (174.422) | 435.577 | 1.045.577 | (784.421) | (1.394.421) |
| Contas a receber de clientes | Flutuação do câmbio | (475) | 1.186 | 2.846 | (2.135) | (3.796) |
| Fornecedores | Flutuação do câmbio | 3.708 | (9.259) | (22.225) | 16.674 | 29.640 |
| Derivativos de taxa de câmbio (nacional) | Flutuação do câmbio | (567.691) | 1.415.555 | 3.398.802 | (2.550.939) | (4.534.186) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Flutuação do câmbio | 740.518 | (1.847.148) | (4.434.815) | 3.328.185 | 5.915.851 |
| Passivo de arrendamento | Flutuação do câmbio | 6.619 | (16.530) | (39.680) | 29.769 | 52.918 |
| Impactos no resultado do exercício | | 8.257 | (20.619) | (49.495) | 37.133 | 66.006 |

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

| | 31/12/2020 | Cenários | | | | |
|-------|------------|----------|--------|--------|--------|--------|
| | | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Dólar | 5,1967 | 4,8500 | 6,0625 | 7,2750 | 3,6375 | 2,4250 |
| Euro | 6,3779 | 5,9170 | 7,3963 | 8,8755 | 4,4378 | 2,9585 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

| Exposição taxa de juros | 31/12/2020 | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Aplicações financeiras | 113.767 | 142.209 | 170.650 | 85.325 | 56.883 |
| Títulos e valores mobiliários | 31.190 | 38.988 | 46.786 | 23.393 | 15.595 |
| Caixa restrito | 811 | 1.014 | 1.216 | 608 | 405 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (598.442) | (673.246) | (748.051) | (523.637) | (448.833) |
| Derivativos de taxa de juros e câmbio | 4.450 | (22.048) | (48.545) | 30.948 | 57.446 |
| Passivo de arrendamento | (305.868) | (307.463) | (309.059) | (304.273) | (302.678) |
| Arrendamento e concessão parcelados | (25.755) | (32.222) | (38.690) | (19.403) | (12.935) |
| Outros passivos financeiros | (10.548) | (11.884) | (13.220) | (9.213) | (7.877) |
| Impactos no resultado do exercício | <u>(790.395)</u> | <u>(864.652)</u> | <u>(938.913)</u> | <u>(716.252)</u> | <u>(641.994)</u> |

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

| | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
|-------|-----------------|------------|------------|-------------|-------------|
| SELIC | 2,23% | 2,79% | 3,35% | 1,68% | 1,12% |
| CDI | 2,23% | 2,79% | 3,35% | 1,68% | 1,12% |
| TJLP | 4,70% | 5,88% | 7,05% | 3,53% | 2,35% |
| IPCA | 3,37% | 4,21% | 5,05% | 2,53% | 1,68% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾ | 7.778.606 | 1.963.014 |
| Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾ | 1.396.723 | 1.751.853 |
| Caixa restrito ⁽ⁱ⁾ | 34.562 | 147.910 |
| Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾ | 428.492 | 399.249 |
| Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾ | 140.645 | 48.064 |
| Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾ | 3.988.524 | 1.624.023 |
| | 13.767.552 | 5.934.113 |

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

| | |
|--------------|-------------------|
| | 31/12/2020 |
| AA | 2.498.115 |
| A+ | 617.171 |
| AAA | 10.083.129 |
| Total | 13.198.415 |

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

| | 31/12/2020 | | | | 31/12/2019 |
|--|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (2.491.892) | (1.159.204) | (15.215.602) | (6.601.862) | (25.468.560) |
| Fornecedores | (754.542) | - | - | - | (754.542) |
| Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾ | (413.470) | - | - | - | (413.470) |
| Parcelamento de débitos tributários | (1.526) | (393) | (498) | (486) | (2.903) |
| Passivo de arrendamento | (553.492) | (373.082) | (1.036.276) | (12.277.995) | (14.240.845) |
| Arrendamento e concessão parcelados | (51.167) | (365.087) | (369.881) | (433.053) | (1.219.188) |
| Pagáveis a partes relacionadas | (164.949) | - | - | - | (164.949) |
| Dividendos a pagar | (7.937) | - | - | - | (7.937) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 413.170 | 236.776 | 2.933.974 | 404.604 | 3.988.524 |
| | (4.025.805) | (1.660.990) | (13.688.283) | (18.908.792) | (38.283.870) |
| | | | | | 1.623.542 |
| | | | | | (28.719.304) |

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$444.895 (R\$410.952 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações tiveram o Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander como contrapartes, a uma taxa média de 3,00% a.a. (6,33% a.a. em 31 de dezembro de 2019). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

3.2 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em quatro segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações Central: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Central.
- (iv) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| Exercício: | 31/12/2020 | | | | | 31/12/2019 | | | | |
|--|------------------------|----------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------|
| Resultado por Unidade de Negócio | Operações Norte | Operações Sul | Operações Central | Operações de Contêineres | Consolidado | Operações Norte | Operações Sul | Operações Central | Operações de Contêineres | Consolidado |
| Receita líquida | 5.270.435 | 1.409.872 | - | 285.852 | 6.966.159 | 5.313.730 | 1.478.314 | - | 295.796 | 7.087.840 |
| Custo dos serviços prestados | (3.132.957) | (1.294.591) | - | (293.959) | (4.721.507) | (2.850.692) | (1.442.320) | - | (315.769) | (4.608.781) |
| Lucro bruto | 2.137.478 | 115.281 | - | (8.107) | 2.244.652 | 2.463.038 | 35.994 | - | (19.973) | 2.479.059 |
| Margem bruta (%) | 40,56% | 8,18% | 0,00% | -2,84% | 32,22% | 46,35% | 2,43% | 0,00% | -6,75% | 34,98% |
| Despesas comerciais, gerais e administrativas | (273.046) | (84.914) | (40.218) | (39.468) | (437.645) | (240.259) | (58.256) | (27.370) | (37.719) | (363.604) |
| Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial | 359.317 | (143.908) | (98.528) | 24.593 | 141.474 | 24.830 | 4.244 | (40.545) | 9.263 | (2.208) |
| Depreciação e amortização | 1.057.635 | 487.614 | 98.169 | 72.109 | 1.715.527 | 1.026.112 | 571.461 | 40.545 | 78.064 | 1.716.182 |
| EBITDA | 3.281.384 | 374.073 | (40.577) | 49.127 | 3.664.007 | 3.273.721 | 553.443 | (27.370) | 29.635 | 3.829.429 |
| Margem EBITDA (%) | 62,26% | 26,53% | 0,00% | 17,19% | 52,60% | 61,61% | 37,44% | 0,00% | 10,02% | 54,03% |
| Perda por redução ao valor recuperável | - | 143.984 | - | - | 143.984 | - | - | - | - | - |
| EBITDA ajustado | 3.281.384 | 518.057 | (40.577) | 49.127 | 3.807.991 | 3.273.721 | 553.443 | (27.370) | 29.635 | 3.829.429 |
| Margem EBITDA ajustado (%) | 62,26% | 36,74% | 0,00% | 17,19% | 54,66% | 61,61% | 37,44% | 0,00% | 10,02% | 54,03% |

Principais clientes

A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,61%, da receita operacional líquida do ano 2020 com um valor aproximado de R\$ 633.140. Em 2019 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,91% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 773.286.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Pandemia de COVID 19

4.1.1 Contexto Geral

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (1) Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis (afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);
- (2) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (3) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (4) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

4.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 6.188.950. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (*standstill*) junto ao BNDES. Os *covenants* financeiros são medidos anualmente na data-base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment. Como a pandemia não vem interrompendo as operações da Companhia, o impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação e os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, manteve nosso custo médio ponderado do capital sem alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de "A". Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

4.2 Renovação da Malha Paulista

Em 27 de maio de 2020, a Companhia celebrou com a união por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, manifestação proferida no âmbito do TC 009.032/2016-9. Como resultado, o prazo da concessão da Malha Paulista foi estendido até 2058, mediante uma série de compromissos financeiros, além das obrigações operacionais estipuladas no aditivo de renovação:

- a) Pagamento de uma outorga adicional no valor de R\$ 3.382.030, valor este dividido em parcelas trimestrais ao longo da vigência contratual;
- b) Retomada do pagamento do arrendamento e concessão do contrato original, pagamentos trimestrais que se estendem até dezembro de 2028 (Nota 5.16.b);
- c) Pagamento do saldo remanescente do encontro de contas relativo à ação de desequilíbrio econômico, no valor de R\$ 1.347.609 (Nota 5.16.a), em oito parcelas anuais;
- d) Execução de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017).

A extensão da concessão da Rumo Malha Paulista se enquadra como uma alteração relevante em um contrato registrado de acordo com as disposições do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Nesse contexto, o valor presente da outorga adicional, bem como, a variação do arrendamento preexistente devido ao recálculo pela taxa de juros implícita do aditivo (WACC regulatório), foram registrados no passivo de arrendamento (Nota 5.6) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 5.12.3) correspondente. Além disso, futuros investimentos relacionados ao contrato de concessão serão registrados no ativo imobilizado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.3 Oferta pública de distribuição de ações e aumento de capital

Em 23 de agosto de 2020, a Companhia integralizou em seu capital social o montante de R\$ 6.400.000, referente a emissão de 294.252.874 ações ordinárias, com valor unitário de R\$ 21,75, por meio de oferta pública de ações. Com o aumento, a Companhia passou a ter um capital social de R\$ 16.054.964, dividido em 1.853.268.772 ações ordinárias, conforme Nota 5.17.

4.4 Operação de *bond* com selo *green*

Aproveitando uma oportunidade de mercado, visando uma proteção a uma eventual piora no cenário econômico, conforme mencionado na Nota 4.1, a Companhia, em julho de 2020, emitiu uma operação de *Bond* com selo *green*, no montante de USD 500.000 mil, equivalente a R\$ 2.640.840 em 31 de dezembro de 2020 (Nota 5.5), para vencimento em janeiro de 2028. A destinação dos recursos é o financiamento de investimentos de acordo com as especificações do selo *green*, que incluem a reposição de materiais rodantes e modernização de ferrovias, provendo melhor eficiência de combustível e menor emissão de gás carbônico.

4.5 Antecipação de pagamento de outorgas das concessões

Considerando o custo financeiro dos contratos (IPCA + 11,04% a.a. de juros implícitos) em 15 de setembro de 2020, as controladas Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, efetuaram o pagamento antecipado de 70 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.823.777 e 59 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.276.734, respectivamente, totalizando R\$ 5.100.511, conforme requerido na Carta nº 969/GREG/2020 e Carta nº 968/GREG/2020 à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.6 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de ransomware que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4.7 Obtenção da concessão da Malha Central

Em 28 de março de 2019 a Companhia venceu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, por meio de uma proposta econômica no valor de R\$ 2.719.530, conduzida pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”), que tem por escopo a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP. O contrato de concessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019.

Os custos de outorga, bem como, os investimentos futuros previstos para a ferrovia norte-sul serão realizados através da subsidiária Rumo Malha Central, uma SPE – Sociedade de Propósito Específico.

As operações terão início em fevereiro de 2021 a partir do Terminal de São Simão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.8 Créditos fiscais extemporâneos

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF.

A Companhia reconheceu o montante consolidado de R\$ 85.813 relativo a períodos anteriores, para as empresas do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria. Os valores foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante consolidado de R\$ 17.656 relativo a recuperação de créditos sobre o limite de salários para contribuições por conta de terceiros e tributação das despesas de coparticipação de planos de saúde, vale alimentação e vale transporte.

Estes créditos, montam R\$ 3.462 na controladora e R\$ 103.469 no consolidado (dos quais R\$ 3.453 na controladora e R\$ 102.576 no consolidado estão reconhecidos na rubrica “Créditos fiscais extemporâneos” divulgados na nota explicativa 6.3 e R\$ 9 na controladora e R\$ 893 no consolidado a título de “Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos” divulgados na nota explicativa 6.4).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.9 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativo circulante | | | | |
| Operações comerciais | | | | |
| Cosan S.A. | 200 | 282 | 306 | 377 |
| Rumo Malha Norte S.A. | 2.028 | 6.295 | - | - |
| Rumo Malha Paulista S.A. | 2.061 | 1.457 | - | - |
| Rumo Malha Sul S.A. | 1.289 | 7 | - | - |
| Rumo Malha Central S.A. | 3.882 | 3.510 | - | - |
| Raízen Combustíveis S.A. | 149 | 149 | 7.841 | 4.950 |
| Raízen Energia S.A. | 7.776 | 1.987 | 23.287 | 6.103 |
| Brado Logística S.A. | 32 | 87 | - | - |
| Elevações Portuárias S.A. | 2.642 | 2.474 | - | - |
| Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A. | - | - | 14.286 | - |
| Outros | 194 | 514 | 459 | 240 |
| | 20.253 | 16.762 | 46.179 | 11.670 |
| Operações financeiras e societárias | | | | |
| Rumo Maha Central S.A. | 41.130 | - | - | - |
| | 41.130 | - | - | - |
| | 61.383 | 16.762 | 46.179 | 11.670 |
| Ativo não circulante | | | | |
| Operações comerciais | | | | |
| Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A. | - | - | 48.571 | - |
| Raízen Combustíveis S.A. | - | - | 45.709 | 36.243 |
| | - | - | 94.280 | 36.243 |
| Operações financeiras e societárias | | | | |
| Logisport Armazéns Gerais S.A. | 6.190 | - | - | - |
| Rumo Malha Central S.A. | 1.000.000 | - | - | - |
| Outros | 3.326 | 3.326 | 186 | 151 |
| | 1.009.516 | 3.326 | 186 | 151 |
| | 1.009.516 | 3.326 | 94.466 | 36.394 |
| Total | 1.029.769 | 20.088 | 140.645 | 48.064 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Passivo circulante | | | | |
| Operações comerciais | | | | |
| Rumo Malha Norte S.A. | 6.307 | 5.164 | - | - |
| Rumo Malha Sul S.A. | 12.180 | 1 | - | - |
| Rumo Malha Paulista S.A. | 213.386 | 34.175 | - | - |
| Rumo Malha Oeste S.A. | 857 | 857 | - | - |
| Raízen Combustíveis S.A. | - | - | 142.979 | 115.387 |
| Raízen Energia S.A. | 4.822 | 5.698 | 12.992 | 15.336 |
| Cosan S.A. | 1.126 | 504 | 3.298 | 3.068 |
| Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. | 352 | 356 | 4.543 | 4.104 |
| Logisport Armazéns Gerais S.A. | 457 | 126 | - | - |
| Elevações Portuárias S.A. | 632 | 1 | - | - |
| Outros | 1.015 | 1.013 | 1.137 | 1.852 |
| | 241.134 | 47.895 | 164.949 | 139.747 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Operações financeiras | | | | |
| Boswells S.A. | 32.479 | 25.192 | - | - |
| Outros | 4.733 | 4.733 | - | - |
| | 37.212 | 29.925 | - | - |
| Total | 278.346 | 77.820 | 164.949 | 139.747 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita operacional | | | | |
| Raízen Energia S.A. (i) | 316.605 | 185.333 | 456.705 | 275.597 |
| Raízen Combustíveis S.A. (ii) | - | - | 150.949 | 181.565 |
| Rumo Malha Norte S.A. | 16.966 | 15.870 | - | - |
| Rumo Malha Paulista S.A. (iii) | 314.252 | 227.982 | - | - |
| Elevações Portuárias S.A. | 25.200 | 14.420 | - | - |
| Outros | - | - | 4.862 | 7.043 |
| | 673.023 | 443.605 | 612.516 | 464.205 |
| Compras de produtos / insumos | | | | |
| Raízen Combustíveis S.A. (iv) | - | (2.000) | (1.128.479) | (1.240.729) |
| Logispot Armazéns Gerais S.A. | (3.963) | - | - | - |
| Rumo Malha Paulista S.A. (v) | (216.949) | (96.179) | - | - |
| Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (vi) | (9) | (25) | (37.263) | (36.375) |
| Rumo Malha Sul S.A. | (9.349) | - | - | - |
| Outros | - | - | (2.400) | (445) |
| | (230.270) | (98.204) | (1.168.142) | (1.277.549) |
| Despesa compartilhada | | | | |
| Cosan S.A. (vii) | (4.501) | (5.450) | (4.501) | (5.554) |
| Elevações Portuárias S.A. | 1.658 | 1.018 | - | - |
| Rumo Malha Oeste S.A. | 483 | 764 | - | - |
| Rumo Malha Paulista S.A. | 10.224 | 4.383 | - | - |
| Rumo Malha Sul S.A. | 5.775 | 97 | - | - |
| Rumo Malha Norte S.A. | 4.485 | 4.297 | - | - |
| Raízen Energia S.A. (vii) | (299) | (2.003) | (30.874) | (25.707) |
| | 17.825 | 3.106 | (35.375) | (31.261) |
| Resultado financeiro | | | | |
| Rumo Malha Central S.A. | 41.130 | - | - | - |
| Rumo Malha Norte S.A. | (25.238) | (52.540) | - | - |
| Outros | (7.288) | (974) | 47 | (5) |
| | 8.604 | (53.514) | 47 | (5) |

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado.
- (ii) Prestação de serviços de transporte de combustíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para a Raízen Combustíveis e suas controladas, contratada em condições de mercado.
- (iii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item v).
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (vi) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vii) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| Benefícios de curto prazo | 28.172 | 25.028 |
| Transações com pagamentos baseados em ações | 5.660 | 4.579 |
| | 33.832 | 29.607 |

4.10 Eventos subsequentes

4.10.1 Emissão de debêntures

Em 3 de fevereiro de 2021 a Companhia concluiu a 15ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, em duas séries de vasos comunicantes, sendo a primeira com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2030 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + juros de 3,6% ao ano, e a segunda com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2035 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + juros de 4% ao ano, no valor total de R\$ 1.200.000.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativos | | |
| Valor justo por meio do resultado | | |
| Títulos e valores mobiliários | 1.396.723 | 1.751.853 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 3.988.524 | 1.624.023 |
| | 5.385.247 | 3.375.876 |
| Custo amortizado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.778.606 | 1.963.014 |
| Contas a receber de clientes | 428.492 | 399.249 |
| Recebíveis de partes relacionadas | 140.645 | 48.064 |
| Caixa restrito | 34.562 | 147.910 |
| | 8.382.305 | 2.558.237 |
| Total | 13.767.552 | 5.934.113 |
| Passivos | | |
| Custo amortizado | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 8.986.576 | 3.568.841 |
| Passivos de arrendamento | 2.912.318 | 4.529.140 |
| Fornecedores | 754.542 | 513.325 |
| Outros passivos financeiros | 413.470 | 410.952 |
| Pagáveis a partes relacionadas | 164.949 | 139.747 |
| Dividendos a pagar | 7.937 | 7.146 |
| Arrendamento e concessão parcelados | 1.154.919 | - |
| Parcelamento de débitos tributários | 2.791 | 10.942 |
| | 14.397.502 | 9.180.093 |
| Valor justo por meio do resultado | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 482 |
| Empréstimos e financiamentos | 10.925.462 | 8.150.896 |
| | 10.925.462 | 8.151.378 |
| Total | 25.322.964 | 17.331.471 |

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Bancos conta movimento | 511 | 255 | 2.815.882 | 18.642 |
| Aplicações financeiras | 1.568.156 | 700.451 | 4.962.724 | 1.944.372 |
| | 1.568.667 | 700.706 | 7.778.606 | 1.963.014 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As aplicações financeiras são compostas por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Aplicações em bancos | | | | |
| Certificado de depósitos bancários - CDB | 1.568.156 | 700.451 | 4.904.934 | 1.944.372 |
| Outras aplicações | - | - | 57.790 | - |
| | 1.568.156 | 700.451 | 4.962.724 | 1.944.372 |

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

| Títulos e valores mobiliários | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Títulos públicos ⁽ⁱ⁾ | 71.302 | 435.054 | 1.272.316 | 1.355.980 |
| Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾ | 6.258 | 55.230 | 116.963 | 125.413 |
| Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 416 | 21.441 | 7.444 | 270.460 |
| | 77.976 | 511.725 | 1.396.723 | 1.751.853 |

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos | - | - | - | 86.681 |
| Valores depositados em garantia | 79 | 3.511 | 34.562 | 61.229 |
| | 79 | 3.511 | 34.562 | 147.910 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Mercado interno | 20.105 | 22.420 | 382.806 | 355.733 |
| Mercado externo | - | - | 51.365 | 49.002 |
| | 20.105 | 22.420 | 434.171 | 404.735 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | (680) | (1.887) | (5.679) | (5.486) |
| | (680) | (1.887) | (5.679) | (5.486) |
| Total | 19.425 | 20.533 | 428.492 | 399.249 |
| Circulante | 18.558 | 15.111 | 421.322 | 385.563 |
| Não circulante | 867 | 5.422 | 7.170 | 13.686 |
| Total | 19.425 | 20.533 | 428.492 | 399.249 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| A vencer | 17.635 | 14.568 | 282.671 | 274.037 |
| Vencidas | | | | |
| Até 30 dias | 1.380 | 337 | 111.164 | 78.936 |
| De 31 a 60 dias | 170 | - | 9.276 | 8.261 |
| De 61 a 90 dias | 93 | 5.780 | 8.906 | 22.956 |
| Mais de 90 dias | 827 | 1.735 | 22.154 | 20.545 |
| Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa | (680) | (1.887) | (5.679) | (5.486) |
| | 19.425 | 20.533 | 428.492 | 399.249 |

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | (2.013) | (17.838) |
| Provisões | (210) | (8.081) |
| Reversões e baixas | 336 | 20.433 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (1.887) | (5.486) |
| Provisões | (291) | (7.277) |
| Reversões e baixas | 1.498 | 7.084 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (680) | (5.679) |

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| Descrição | Encargos financeiros | | Controladora | | Consolidado | | Vencimento final | Objetivo |
|------------------------------|---------------------------------------|--|--------------|------------|-------------|------------|------------------|-----------------|
| | Indexador | Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾ | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | | | |
| Finame (BNDES) | Pré-fixado | 5,61% | 291.547 | 368.904 | 647.435 | 834.035 | jan/2025 | Aquisição |
| | URTJLP | 10,34% | - | - | 396 | 4.952 | mar/2022 | Aquisição |
| | Selic | 3,52% | - | - | - | 1.118 | set/2020 | Aquisição |
| Finem (BNDES) | Pré-fixado | 3,50% | - | - | 1.077 | 1.426 | jan/2024 | Aquisição |
| | URTJLP | 6,63% | 24.610 | 55.565 | 3.321.839 | 2.213.704 | dez/2029 | Aquisição |
| | IPCA | 7,46% | - | - | 796 | 1.528 | nov/2021 | Aquisição |
| NCE | CDI + 1,03% | 3,12% | - | - | 82.185 | - | fev/2023 | Capital de giro |
| | CDI + 0,80% | 2,72% | - | - | 505.061 | 512.078 | dez/2023 | Capital de giro |
| | CDI + 3,05% a.a. | 5,01% | - | - | 208.464 | - | mar/2021 | Capital de giro |
| | CDI + 3,15% a.a. | 5,11% | - | - | 468.516 | - | mar/2021 | Capital de giro |
| Sênior Notes 2024 | Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾ | 7,38% | - | - | 4.514.289 | 3.318.895 | fev/2024 | Aquisição |
| Sênior Notes 2025 | Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 5,88% | - | - | 3.067.359 | 2.182.089 | jan/2025 | Aquisição |
| Sênior Notes 2028 | Pré-fixado (US\$) | 5,25% | - | - | 2.640.840 | - | jan/2028 | Aquisição |
| ECA | Euribor + 0,58% (EUR) ^(iv) | 0,58% | - | - | 104.108 | 79.528 | set/2026 | Aquisição |
| CCB | IPCA + 0,81% | 5,31% | - | - | 239.068 | - | jan/2048 | Capital de giro |
| Loan 4131 | Pré-fixado (US\$) ^(v) | 1,60% | 483.625 | 217.537 | 483.625 | 217.537 | nov/2022 | Capital de giro |
| | CDI | 4,60% | - | - | 206.908 | - | abr/2021 | Capital de giro |
| | | | 799.782 | 642.006 | 16.491.966 | 9.366.890 | | |
| Debêntures | | | | | | | | |
| Debêntures não conversíveis | IPCA + 4,68% ^(vi) | 9,24% | - | - | 595.847 | 570.098 | fev/2026 | Aquisição |
| | IPCA + 4,50% ^(vii) | 9,06% | 739.202 | 668.034 | 739.202 | 668.034 | fev/2029 | Aquisição |
| | IPCA + 3,90% | 8,43% | 1.025.777 | 895.249 | 1.025.777 | 895.249 | out/2029 | Aquisição |
| | IPCA + 4,00% | 8,53% | 255.501 | 219.466 | 255.501 | 219.466 | out/2029 | Aquisição |
| | IPCA + 6,80% | 11,46% | 803.745 | - | 803.745 | - | abr/2030 | Aquisição |
| Debêntures privadas | CDI + 0,50% | 2,41% | 792.535 | 767.296 | - | - | jan/2023 | Capital de giro |
| | | | 3.616.760 | 2.550.045 | 3.420.072 | 2.352.847 | | |
| Total | | | 4.416.542 | 3.192.051 | 19.912.038 | 11.719.737 | | |
| | | | | | | | | |
| Circulante | | | 482.421 | 969.054 | 2.504.223 | 1.064.846 | | |
| Não circulante | | | 3.934.121 | 2.222.997 | 17.407.815 | 10.654.891 | | |

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(ii) Essa dívida tem contratos de swap para 145% do CDI que representa uma taxa média de 6,38% a.a.

(iii) Dívida com swap para 127% do CDI que representa uma taxa média de 6,29% a.a.

(iv) Dívida com swap para 108% do CDI que representa uma taxa média de 5,01% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) Dívida com swap para 118% do CDI que representa uma taxa média de 3,46 % a.a.
- (vi) Dívida com swap para 107% do CDI que representa uma taxa média de 4,93% a.a.
- (vii) Dívida com swap para 103% do CDI que representa uma taxa média de 6,35% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| 13 a 24 meses | 410.856 | 190.701 | 1.135.485 | 758.822 |
| 25 a 36 meses | 855.323 | 179.241 | 1.056.521 | 718.195 |
| 37 a 48 meses | 53.841 | 66.658 | 5.069.301 | 793.073 |
| 49 a 60 meses | - | 51.191 | 3.552.834 | 3.676.142 |
| 61 a 72 meses | - | - | 404.760 | 2.493.341 |
| 73 a 84 meses | 644.507 | - | 917.765 | 225.554 |
| 85 a 96 meses | 920.598 | 572.993 | 3.788.409 | 670.435 |
| A partir de 97 meses | 1.048.996 | 1.162.213 | 1.482.740 | 1.319.329 |
| | 3.934.121 | 2.222.997 | 17.407.815 | 10.654.891 |

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

| | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Reais (R\$) | 9.101.817 | 5.921.690 |
| Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾ | 10.706.113 | 5.718.519 |
| Euro ⁽ⁱ⁾ | 104.108 | 79.528 |
| Total | 19.912.038 | 11.719.737 |

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 1.521.364 | 10.594.381 |
| Captações | 1.663.987 | 2.402.347 |
| Atualização de juros, variação monetária e cambial | 228.281 | 1.313.568 |
| Amortização de principal | (174.150) | (1.945.040) |
| Pagamento de juros | (47.431) | (645.519) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 3.192.051 | 11.719.737 |
| Captações | 963.591 | 6.172.611 |
| Atualização de juros, variação monetária e cambial | 493.208 | 3.361.085 |
| Amortização de principal | (109.604) | (653.002) |
| Pagamento de juros | (122.704) | (688.393) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 4.416.542 | 19.912.038 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 1,04% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 3.687.323 (R\$ 1.387.627 em 31 de dezembro de 2019).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 2,78% (5,94% em 31 de dezembro de 2019) e TJLP de 4,87% (5,57% em 31 de dezembro de 2019).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 487.378 (R\$ 1.946.194 em 31 de dezembro de 2019).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

| Meta | Índice |
|--|---------------|
| Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,3x$ em dezembro de 2020 | 1,96 |
| EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2020 | 4,78 |

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

| | Arrendamentos consolidado | | | Total |
|--|---------------------------|---------------------------|-----------------------|------------------|
| | Financeiro | Operacionais - concessões | Operacionais - outros | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 553.350 | 1.208.455 | 183.253 | 1.945.058 |
| Adições | - | 2.759.539 | 17.736 | 2.777.275 |
| Apropriação de juros e variação cambial | 81.982 | 267.923 | 160.209 | 510.114 |
| Amortização de principal | (132.100) | (140.928) | (143.391) | (416.419) |
| Pagamento de juros | (73.641) | (100.449) | (72.270) | (246.360) |
| Reajuste contratual | - | 66.374 | 10.526 | 76.900 |
| Transferências entre passivos ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | - | (117.428) | - | (117.428) |
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | 429.591 | 3.943.486 | 156.063 | 4.529.140 |
| Adições ⁽ⁱ⁾ | 87.811 | 3.406.560 | 28.098 | 3.522.469 |
| Apropriação de juros | 61.487 | 380.331 | 148.441 | 590.259 |
| Amortização de principal ⁽ⁱⁱ⁾ | (102.148) | (5.179.294) | (118.803) | (5.400.245) |
| Pagamento de juros | (60.619) | (376.718) | (57.809) | (495.146) |
| Reajuste contratual | - | 266.296 | 11.282 | 277.578 |
| Transferências entre passivos ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | - | (111.737) | - | (111.737) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 416.122 | 2.328.924 | 167.272 | 2.912.318 |
| Circulante | 232.649 | 232.212 | 45.840 | 510.701 |
| Não circulante | 183.473 | 2.096.712 | 121.432 | 2.401.617 |
| | 416.122 | 2.328.924 | 167.272 | 2.912.318 |

- (i) As adições em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 3.382.030 relativos ao registro do valor da outorga e atualização do arrendamento, pela renovação do contrato de concessão da Malha Paulista (Nota 4.2).
- (ii) As amortizações de principal em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 5.100.511 relativo à antecipação dos pagamentos da concessão da Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central (Nota 4.6).
- (iii) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento | 24.045 | 10.691 |
| Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo | 34.101 | 37.143 |
| Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo | 1.547 | 348 |
| | 59.693 | 48.182 |

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| Contas | 2020 | | | 2019 | | |
|--------------------------|-------------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|
| | Registrado | Ofício | % Variação | Registrado | Ofício | % Variação |
| Passivos de arrendamento | (2.120.613) | (2.273.916) | 7% | (3.777.281) | (3.977.195) | 5% |
| Direito de uso residual | 6.991.664 | 7.017.560 | 0% | 3.622.281 | 3.716.764 | 3% |
| Despesa financeira | (462.664) | (480.669) | 4% | (251.750) | (272.107) | 8% |
| Despesa de depreciação | (245.946) | (261.076) | 6% | (135.793) | (153.268) | 13% |

Os saldos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$ 983.576 (R\$ 2.728.930 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.713.

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Fornecedores de materiais e serviços | 54.562 | 44.090 | 721.600 | 495.837 |
| Fornecedores de combustíveis e lubrificantes | - | - | 727 | 370 |
| Outros | 17.729 | 11.019 | 32.215 | 17.118 |
| Total | 72.291 | 55.109 | 754.542 | 513.325 |

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *Hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

| | Nocional | | Valor justo | |
|--|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Derivativos de taxa de câmbio e juros | | | | |
| Contratos de Swap (Juros e câmbio) | 4.648.615 | 5.534.936 | 3.579.657 | 1.623.541 |
| Contratos de Swap (Juros e inflação) | 2.229.136 | - | 408.867 | - |
| | 6.877.751 | 5.534.936 | 3.988.524 | 1.623.541 |
| Ativos | | | 3.988.524 | 1.624.023 |
| Passivos | | | - | (482) |
| Total de instrumentos contratados | | | 3.988.524 | 1.623.541 |

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

A Companhia contratou operações de *Swap de juros e câmbio*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap de juros e inflação*, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

| Hedge risco de câmbio | | Nocional R\$ | Valor contábil R\$ | | Resultado Ajuste de valor justo | |
|---------------------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|------------------------------------|------------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Objetos | | | | | | |
| Sênior Notes 2024 | US\$ + 7,4% | (2.405.595) | (4.514.289) | (3.318.895) | (959.017) | (471.159) |
| Sênior Notes 2025 | US\$ + 5,9% | (1.740.550) | (3.067.359) | (2.182.089) | (779.581) | (295.208) |
| Total | | (4.146.145) | (7.581.648) | (5.500.984) | (1.738.598) | (766.367) |
| Instrumentos derivativos | | | | | | |
| Swap de câmbio e juros | BRL + 145% do CDI | 2.405.595 | 2.118.028 | 989.022 | 1.021.045 | 340.265 |
| Swap de câmbio e juros | BRL + 127% do CDI | 1.740.550 | 1.341.379 | 479.481 | 825.015 | 201.679 |
| Total | | 4.146.145 | 3.459.407 | 1.468.503 | 1.846.060 | 541.944 |
| Total líquido | | - | (4.122.241) | (4.032.481) | 107.462 | (224.423) |

| Hedge risco de juros | | Nocional R\$ | Valor contábil R\$ | | Resultado Ajuste de valor justo | |
|---------------------------------|------------|--------------------|-----------------------|--------------------|------------------------------------|-----------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Objetos | | | | | | |
| Debêntures | IPCA+3,90% | (906.856) | (1.025.777) | (895.249) | (192.446) | (9.677) |
| Debêntures | IPCA+4,00% | (222.280) | (255.501) | (219.466) | (46.991) | (487) |
| Total | | (1.129.136) | (1.281.278) | (1.114.715) | (239.437) | (10.164) |
| Instrumentos derivativos | | | | | | |
| Swap de inflação e juros | | 927.136 | 144.137 | - | 149.663 | - |
| Swap de inflação e juros | | 227.828 | 32.556 | - | 33.932 | - |
| Total | | 1.154.964 | 176.693 | - | 183.595 | - |
| Total líquido | | 25.828 | (1.104.585) | (1.114.715) | (55.842) | (10.164) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de hedge:

| Risco de juros | | Nocional R\$ | Valor contábil R\$ | | Resultado | |
|---------------------------------|-------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|-----------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | Ajuste de valor justo | |
| | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Passivos designados | | | | | | |
| Debêntures | IPCA+4,68% | (500.000) | (595.847) | (570.098) | (48.142) | (4.911) |
| Debêntures | IPCA+4,50% | (600.000) | (739.202) | (668.034) | (55.116) | (5.710) |
| Total | | (1.100.000) | (1.335.049) | (1.238.132) | (103.258) | (10.621) |
| Instrumentos derivativos | | | | | | |
| Swap de inflação e juros | 102% do CDI | 500.000 | 96.931 | 59.678 | 39.232 | 55.132 |
| Swap de inflação e juros | 105% do CDI | 600.000 | 135.244 | 80.455 | 56.915 | 76.113 |
| Total | | 1.100.000 | 232.175 | 140.133 | 96.147 | 131.245 |
| Total líquido | | - | (1.102.874) | (1.097.999) | (7.111) | 120.624 |

| Risco de câmbio | | Nocional R\$ | Valor contábil R\$ | | Resultado | |
|---------------------------------|-------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|----------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | Ajuste de valor justo | |
| | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Passivos designados | | | | | | |
| ECA | EUR + 0,58% | (100.198) | (95.373) | (79.528) | (36.481) | (267) |
| Loan 4131 | USD + 2,20% | (402.272) | (485.978) | (217.537) | (64.235) | (9.306) |
| Total | | (502.470) | (581.351) | (297.065) | (100.716) | (9.573) |
| Instrumentos derivativos | | | | | | |
| Swap de câmbio e juros | BRL + 108% do CDI | 100.198 | 39.529 | 2.564 | 36.165 | 932 |
| Swap de câmbio e juros | BRL + 118% do CDI | 402.272 | 80.720 | 12.340 | 66.700 | 6.306 |
| Total | | 502.470 | 120.249 | 14.904 | 102.865 | 7.238 |
| Total líquido | | - | (461.102) | (282.161) | 2.149 | (2.335) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| COFINS | 45.069 | 22.909 | 303.727 | 253.755 |
| PIS | 9.589 | 4.778 | 115.642 | 94.739 |
| ICMS ⁽ⁱ⁾ | - | - | 595.450 | 522.820 |
| ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾ | - | - | 106.243 | 129.000 |
| Outros | 3.016 | 2.931 | 20.268 | 10.586 |
| | 57.674 | 30.618 | 1.141.330 | 1.010.900 |
| Circulante | 57.674 | 30.618 | 350.883 | 347.316 |
| Não circulante | - | - | 790.447 | 663.584 |
| | 57.674 | 30.618 | 1.141.330 | 1.010.900 |

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Peças e acessórios | 910 | 943 | 219.831 | 236.347 |
| Combustíveis e lubrificantes | 27 | - | 6.807 | 6.894 |
| Almoxarifado e outros | 165 | 93 | 22.680 | 5.215 |
| | 1.102 | 1.036 | 249.318 | 248.456 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 7.256 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.492 em 31 de dezembro de 2019).

5.11 Investimentos em associadas e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

i. Controladora

| | Número de ações da investida | Ações da investidora | Percentual de participação |
|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| Elevações Portuárias S.A. | 672.397.254 | 672.397.254 | 100,00% |
| Rumo Intermodal S.A. | 91.064.313 | 91.064.313 | 100,00% |
| Rumo Malha Central S.A. | 250.000.000 | 250.000.000 | 100,00% |
| Rumo Malha Norte S.A. | 1.189.412.363 | 1.186.268.176 | 99,74% |
| Boswells S.A. | 3.265.000 | 3.265.000 | 100,00% |
| Brado Participações S.A. | 12.962.963 | 8.065.556 | 62,22% |
| Paranaguá S.A. | 6.119.802 | 6.113.851 | 99,90% |
| Logispot Armazéns Gerais S.A. | 2.040.816 | 1.040.816 | 51,00% |
| Rumo Luxembourg Sarl | 500.000 | 500.000 | 100,00% |
| Rumo Malha Sul S.A. | 6.677.710.494.907 | 6.677.710.494.907 | 100,00% |
| ALL Argentina S.A. | 9.703.000 | 8.826.110 | 90,96% |
| Rumo Malha Paulista S.A. | 90.826.624.247 | 90.826.624.247 | 100,00% |
| Terminal São Simão S.A. | 78.000.000 | 39.780.000 | 51,00% |
| Rumo Malha Oeste S.A. | 478.460.074 | 478.460.074 | 100,00% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Saldo em 01 de janeiro de 2020 | Resultado de equivalência | Aumento (redução) de capital / AFAC | Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | Resultado abrangente | Reclassifica- ção passivo a descoberto | Amortização do direito de concessão | Plano de opção de ações | Saldo em 31 de dezembro de 2020 |
|---|--------------------------------------|------------------------------|--|--|-------------------------|--|---|-------------------------------|---------------------------------------|
| Elevações Portuárias S.A. | 707.336 | 61.399 | - | (44.950) | 17 | - | - | - | 723.802 |
| Rumo Intermodal S.A. | 40.005 | 3.499 | (20.000) | - | 422 | - | - | - | 23.926 |
| Rumo Malha Central S.A. | 328.740 | (256.049) | 2.800.000 | - | - | - | - | - | 2.872.691 |
| Rumo Malha Norte S.A. | 8.317.416 | 673.856 | - | (676.655) | 73 | - | (29.879) | - | 8.284.811 |
| Boswells S.A. | 25.574 | - | - | - | 7.399 | - | - | - | 32.973 |
| Brado Participações S.A. | 371.867 | 6.185 | - | (1.398) | - | - | - | 332 | 376.986 |
| Paranaguá S.A. | 20.394 | 1.271 | 1.390 | - | (2.234) | - | - | - | 20.821 |
| Logisport Armazéns Gerais S.A. | 73.143 | 1.956 | - | (609) | - | - | - | - | 74.490 |
| Rumo Luxembourg Sarl | 50.064 | (45.658) | - | - | - | - | - | - | 4.406 |
| Rumo Malha Paulista S.A. | - | 283.841 | 2.900.000 | - | 68 | 201.620 | (19.733) | - | 3.365.796 |
| Terminal São Simão S.A. | - | 17 | 39.780 | - | - | - | - | - | 39.797 |
| Rumo Malha Sul S.A. | 1.730.253 | (134.706) | 300.000 | - | 358 | - | - | - | 1.895.905 |
| Total investimento em associadas | 11.664.792 | 595.611 | 6.021.170 | (723.612) | 6.103 | 201.620 | (49.612) | 332 | 17.716.404 |
| ALL Argentina S.A. | (21.111) | (2.806) | - | - | 2.379 | - | - | - | (21.538) |
| Rumo Malha Paulista S.A. | (318.462) | (75.461) | 595.543 | - | - | (201.620) | - | - | - |
| Rumo Malha Oeste S.A. | (1.451.606) | (249.674) | - | - | 47 | - | - | - | (1.701.233) |
| Total investimento em passivo a descoberto | (1.791.179) | (327.941) | 595.543 | - | 2.426 | (201.620) | - | - | (1.722.771) |
| Total | 9.873.613 | 267.670 | 6.616.713 | (723.612) | 8.529 | - | (49.612) | 332 | 15.993.633 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Saldo em 01 de janeiro de 2019 | Resultado de equivalência | Aumento (redução) de capital / AFAC | Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | Resultado abrangente | Adoção inicial a norma CPC 06 R2 / IFRS 16 | Outros | Amortização do direito de concessão | Plano de opção de ações | Saldo em 31 de dezembro de 2019 |
|---|--------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|--|----------------------|--|--------------|-------------------------------------|-------------------------|---------------------------------|
| Elevações Portuárias S.A. | 707.886 | 79.632 | - | (75.037) | (16) | (5.129) | - | - | - | 707.336 |
| Rumo Intermodal S.A. | 37.095 | 2.249 | - | - | 661 | - | - | - | - | 40.005 |
| Rumo Malha Central S.A. | - | (121.260) | 450.000 | - | - | - | - | - | - | 328.740 |
| Rumo Malha Norte S.A. | 8.099.091 | 1.065.635 | - | (817.367) | (63) | - | - | (29.880) | - | 8.317.416 |
| Boswells S.A. | 24.585 | - | - | - | 989 | - | - | - | - | 25.574 |
| Brado Participações S.A. | 366.399 | 7.559 | - | (2.236) | - | - | - | - | 145 | 371.867 |
| Paranaguá S.A. | 13.681 | 167 | 12.809 | - | (6.263) | - | - | - | - | 20.394 |
| Logisport Armazéns Gerais S.A. | 73.624 | 177 | - | (634) | - | - | (24) | - | - | 73.143 |
| Rumo Luxembourg Sarl | 64.118 | (3.389) | (10.665) | - | - | - | - | - | - | 50.064 |
| Rumo Malha Sul S.A. | 976.663 | (66.731) | 1.003.000 | - | (322) | (182.383) | 26 | - | - | 1.730.253 |
| Total investimento em associadas | 10.363.142 | 964.039 | 1.455.144 | (895.274) | (5.014) | (187.512) | 2 | (29.880) | 145 | 11.664.792 |
| ALL Argentina S.A. | (17.019) | (11.917) | - | - | 7.825 | - | - | - | - | (21.111) |
| Rumo Malha Paulista S.A. | (260.465) | 37.631 | - | - | (54) | (75.839) | (543) | (19.192) | - | (318.462) |
| Rumo Malha Oeste S.A. | (1.097.466) | (142.059) | - | - | (41) | (212.040) | - | - | - | (1.451.606) |
| Total investimento em passivo a descoberto | (1.374.950) | (116.345) | - | - | 7.730 | (287.879) | (543) | (19.192) | - | (1.791.179) |
| Total | 8.988.192 | 847.694 | 1.455.144 | (895.274) | 2.716 | (475.391) | (541) | (49.072) | 145 | 9.873.613 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de subsidiárias:

| | 31/12/2020 | | | | 31/12/2019 | | | |
|--------------------------------|------------|------------|---|---------------------------------|------------|-----------|---|---------------------------------|
| | Ativos | Passivos | Patrimônio líquido e (passivo a descoberto) | Lucros (prejuízos) do exercício | Ativos | Passivos | Patrimônio líquido e (passivo a descoberto) | Lucros (prejuízos) do exercício |
| Elevações Portuárias S.A. | 918.960 | 195.158 | 723.802 | 61.399 | 886.098 | 178.761 | 707.337 | 79.632 |
| Rumo Intermodal S.A. | 34.662 | 10.736 | 23.926 | 3.499 | 56.121 | 16.113 | 40.008 | 2.249 |
| Rumo Malha Central S.A. | 5.041.849 | 2.169.159 | 2.872.690 | (256.049) | 3.107.023 | 2.778.284 | 328.739 | (121.260) |
| Rumo Malha Norte S.A. | 16.355.228 | 12.552.278 | 3.802.950 | 701.710 | 12.778.704 | 8.999.093 | 3.779.611 | 1.084.633 |
| Boswells S.A. | 32.973 | - | 32.973 | - | 25.575 | - | 25.575 | - |
| Brado Participações S.A. | 891.438 | 320.467 | 570.971 | 8.799 | 783.554 | 219.675 | 563.879 | 9.426 |
| Paranaguá S.A. | 20.995 | 152 | 20.843 | 1.273 | 20.918 | 502 | 20.416 | 167 |
| Logisport Armazéns Gerais S.A. | 55.295 | 28.149 | 27.146 | 4.935 | 119.694 | 49.776 | 69.918 | 347 |
| ALL Argentina S.A. | 6.572 | 30.248 | (23.676) | (3.085) | 6.777 | 29.984 | (23.207) | (13.103) |
| Rumo Luxembourg Sarl | 9.279.021 | 9.274.616 | 4.405 | (45.658) | 5.186.074 | 5.136.011 | 50.063 | (3.389) |
| Rumo Malha Paulista S.A. | 10.719.689 | 7.313.028 | 3.406.661 | 176.322 | 5.982.712 | 6.247.985 | (265.273) | (34.726) |
| Rumo Malha Oeste S.A. | 176.391 | 1.877.627 | (1.701.236) | (249.674) | 391.307 | 1.842.916 | (1.451.609) | (131.086) |
| Rumo Malha Sul S.A. | 4.460.509 | 2.561.460 | 1.899.049 | (144.206) | 4.189.668 | 2.446.771 | 1.742.897 | (125.916) |
| Terminal São Simão S.A. | 98.310 | 20.276 | 78.034 | 34 | - | - | - | - |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Consolidado

| | Número de ações da investida | Ações da investidora | Percentual de participação |
|--|------------------------------|----------------------|----------------------------|
| Rhall Terminais Ltda. | 28.580 | 8.574 | 30,00% |
| Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A. | 500.000 | 99.246 | 19,85% |
| TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A. | 79.747.000 | 7.914.609 | 9,92% |
| Terminal XXXIX S.A. | 200.000 | 99.246 | 49,62% |

| | Saldo em 01 de janeiro de 2020 | Resultado de equivalência | Dividendos | Outros | Saldo em 31 de dezembro de 2020 |
|--|--------------------------------|---------------------------|----------------|----------------|---------------------------------|
| Rhall Terminais Ltda. | 4.148 | 851 | (1.234) | - | 3.765 |
| Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A. | 5.214 | 2.659 | - | (6.200) | 1.673 |
| TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A. | 18.247 | 3.535 | (3.103) | - | 18.679 |
| Terminal XXXIX S.A. | 24.404 | 6.042 | (3.849) | - | 26.597 |
| Total investimento em associadas | 52.013 | 13.087 | (8.186) | (6.200) | 50.714 |

| | Saldo em 01 de janeiro de 2019 | Resultado de equivalência | Dividendos | Outros | Saldo em 31 de dezembro de 2019 |
|--|--------------------------------|---------------------------|----------------|----------------|---------------------------------|
| Rhall Terminais Ltda. | 3.166 | 1.009 | (27) | - | 4.148 |
| Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A. | 5.192 | 5.720 | - | (5.698) | 5.214 |
| TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A. | 19.601 | 5.262 | (6.616) | - | 18.247 |
| Terminal XXXIX S.A. | 16.042 | 9.885 | (1.523) | - | 24.404 |
| Total investimento em associadas | 44.001 | 21.876 | (8.166) | (5.698) | 52.013 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de associadas:

| | 31/12/2020 | | | | 31/12/2019 | | | |
|--|------------|----------|--------------------|---------------------|------------|----------|--------------------|---------------------|
| | Ativos | Passivos | Patrimônio líquido | Lucros do exercício | Ativos | Passivos | Patrimônio líquido | Lucros do exercício |
| Rhall Terminais Ltda. | 26.371 | 13.821 | 12.550 | 9.578 | 16.629 | 2.804 | 13.825 | 3.641 |
| Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A. | 229.586 | 221.232 | 8.354 | 7.721 | 275.215 | 249.166 | 26.049 | 25.552 |
| TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A. | 271.125 | 84.313 | 186.812 | 38.301 | 217.311 | 34.849 | 182.462 | 46.611 |
| Terminal XXXIX S.A. | 171.072 | 117.877 | 53.195 | 11.667 | 61.560 | 12.745 | 48.815 | 17.710 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

| | Número de ações da investida | Ações da investidora | Percentual de participação |
|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| Rumo Malha Norte S.A. | 1.189.412.363 | 3.144.187 | 0,26% |
| Brado Participações S.A. | 12.962.963 | 4.897.407 | 37,78% |
| Logispot Armazéns Gerais S.A. | 2.040.816 | 1.000.000 | 49,00% |
| Terminal São Simão S.A. | 78.000.000 | 38.220.000 | 49,00% |

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

| | Saldo em 01 de janeiro de 2020 | Resultado não controlador | Dividendos | Plano de opções de ações | Aumento de capital | Outros | Saldo em 31 de dezembro de 2020 |
|---|---------------------------------------|----------------------------------|-------------------|---------------------------------|---------------------------|---------------|--|
| Rumo Malha Norte S.A. | 9.903 | 1.862 | (1.850) | - | - | 64 | 9.979 |
| Brado Participações S.A. | 225.889 | 3.755 | (845) | 194 | - | - | 228.993 |
| Logispot Armazéns Gerais S.A. | 34.219 | 1.879 | (585) | - | - | - | 35.513 |
| Terminal São Simão S.A. | - | 16 | - | - | 38.220 | - | 38.236 |
| Total investimento em associadas | 270.011 | 7.512 | (3.280) | 194 | 38.220 | 64 | 312.721 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Saldo em 01 de janeiro de 2019 | Resultado não controlador | Dividendos | Plano de opções de ações | Outros | Saldo em 31 de dezembro de 2019 |
|---|--------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------------|------------|---------------------------------|
| Rumo Malha Norte S.A. | 8.734 | 3.336 | (2.270) | - | 103 | 9.903 |
| Brado Participações S.A. | 223.032 | 4.126 | (1.357) | 88 | - | 225.889 |
| Logispot Armazéns Gerais S.A. | 34.657 | 172 | (610) | - | - | 34.219 |
| Total investimento em associadas | 266.423 | 7.634 | (4.237) | 88 | 103 | 270.011 |

Balanço patrimonial resumido:

| | Rumo Malha Norte S.A. | | Brado Participações S.A. | | Logispot Armazéns Gerais S.A. | |
|---------------------------|-----------------------|-------------------|--------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativos | | | | | | |
| Circulante | 3.755.283 | 3.460.028 | 242.869 | 169.796 | 15.202 | 6.975 |
| Não circulante | 12.599.945 | 9.318.676 | 648.569 | 613.758 | 40.093 | 112.719 |
| Total ativo | 16.355.228 | 12.778.704 | 891.438 | 783.554 | 55.295 | 119.694 |
| Passivos | | | | | | |
| Circulante | 1.972.340 | 959.471 | 152.336 | 104.184 | 12.201 | 11.522 |
| Não circulante | 10.579.938 | 8.039.622 | 168.131 | 115.491 | 15.948 | 38.254 |
| Total passivo | 12.552.278 | 8.999.093 | 320.467 | 219.675 | 28.149 | 49.776 |
| Patrimônio líquido | 3.802.950 | 3.779.611 | 570.971 | 563.879 | 27.146 | 69.918 |

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

| | Rumo Malha Norte S.A. | | Brado Participações S.A. | | Logispot Armazéns Gerais S.A. | |
|--|-----------------------|------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita líquida | 3.781.915 | 4.135.513 | 283.133 | 294.710 | 22.088 | 18.029 |
| Resultado antes dos impostos | 870.421 | 1.271.783 | 14.222 | 14.906 | 6.010 | 389 |
| Imposto de renda e contribuição social | (168.711) | (187.150) | (5.423) | (5.480) | (1.075) | (42) |
| Resultado do exercício | 701.710 | 1.084.633 | 8.799 | 9.426 | 4.935 | 347 |
| Outros resultados abrangentes | (174) | (64) | - | - | - | - |
| Resultados abrangente total | 701.536 | 1.084.569 | 8.799 | 9.426 | 4.935 | 347 |
| Dividendos pagos | (511.477) | (819.534) | (2.239) | (3.593) | (612) | - |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

| | Rumo Malha Norte S.A. | | Brado Participações S.A. | | Logisport Armazéns Gerais S.A. | |
|--|------------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|---------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais | 1.952.526 | 2.003.991 | 53.015 | 40.584 | 4.398 | 4.723 |
| Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento | (261.609) | 1.068.235 | (40.135) | 35.270 | (6.928) | (361) |
| Caixa (utilizado) gerado nas atividades de financiamento | (379.324) | (2.227.250) | 23.532 | (52.172) | 2.651 | (4.522) |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | 1.311.593 | 844.976 | 36.412 | 23.682 | 121 | (160) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 920.972 | 75.996 | 40.890 | 17.208 | 15 | 175 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 2.232.565 | 920.972 | 77.302 | 40.890 | 136 | 15 |

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 exceto os impactos de COVID mencionado na Nota 4.1, não identificamos outros indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida, exceto para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste, que apresenta resultados negativos e baixa geração de caixa (Nota 5.11).

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicadores de impairment para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste: i) a malha registrou uma redução significativa no volume transportado devido a problemas operacionais na via ocasionados pelas fortes chuvas do primeiro trimestre, fazendo com que a administração buscasse alternativas para performar determinados volumes contratados, volumes estes, que sustentavam a projeção de fluxo de caixa dessa unidade geradora de caixa até então; ii) a decisão da Administração de protocolar o pedido de relicitação (Nota 5.16) gera incertezas sobre o período em que a Malha será a operadora, uma vez que depende do andamento do processo. Dessa forma a Companhia registrou uma provisão para perda por valor recuperável de R\$143.987 (sendo R\$ 143.018 relativos a imobilizados (nota 5.12.1) e R\$ 966 referentes a direito de uso (nota 5.12.3)), equivalente ao saldo remanescente dos ativos permanentes dessa unidade geradora de caixa. O registro se deu em contrapartida à “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, nota 6.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e, apesar de alguns impactos no exercício de 2020, a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| Edifícios e benfeitorias | 4% - 5% |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 8% - 11% |
| Outros | 10% - 20% |
| Vagões | 2,9% - 6% |
| Locomotivas | 3,3% - 8% |
| Vias permanentes | 3% - 4% |
| Móveis e utensílios | 10% - 15% |
| Equipamentos de informática | 20% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

| | Consolidado | | | | | | Controladora |
|--|------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|------------------|---------------------|
| | Terrenos, edifícios e benfeitorias | Máquinas, equipamentos e instalações | Vagões e locomotivas (i) | Via permanente | Obras em andamento | Outros ativos | Total |
| Valor de custo: | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 904.802 | 822.965 | 7.471.515 | 8.005.887 | 999.026 | 768.383 | 18.972.578 |
| Adições | 4 | 528 | 29.773 | 1.802 | 1.947.984 | 424 | 1.980.515 |
| Baixas | (1.169) | (476) | (105.592) | - | (283) | (3.413) | (110.933) |
| Transferências | 116.272 | 161.548 | 812.130 | 595.381 | (1.467.891) | 70.208 | 287.648 |
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | 1.019.909 | 984.565 | 8.207.826 | 8.603.070 | 1.478.836 | 835.602 | 21.129.808 |
| Adições | 146 | 717 | 17.900 | 1.193 | 3.248.397 | 58 | 3.268.411 |
| Baixas | (532) | - | (94.689) | - | (507) | (21.265) | (116.993) |
| Transferências | 369.899 | 187.873 | 796.982 | 645.612 | (1.973.975) | 55.560 | 81.951 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.389.422 | 1.173.155 | 8.928.019 | 9.249.875 | 2.752.751 | 869.955 | 24.363.177 |
| Depreciação e perda por redução ao valor recuperável: | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | (300.247) | (350.481) | (3.514.645) | (3.261.319) | (10.842) | (479.821) | (7.917.355) |
| Adições | (58.991) | (106.962) | (632.170) | (611.576) | - | (16.378) | (1.426.077) |
| Baixas | 131 | 466 | 104.872 | 6 | - | 3.309 | 108.784 |
| Transferências | 4.057 | 6.121 | (107.941) | (2.234) | 3.972 | (28.967) | (124.992) |
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | (355.050) | (450.856) | (4.149.884) | (3.875.123) | (6.870) | (521.857) | (9.359.640) |
| Adições | (50.219) | (116.580) | (566.259) | (511.696) | (2.048) | (23.325) | (1.270.127) |
| Baixas | - | - | 90.668 | - | - | 18.286 | 108.954 |
| Transferências | (76.224) | 11.646 | (59.353) | 67.841 | 2.795 | 197 | (53.098) |
| Perda por redução ao valor recuperável | (2.811) | (8.898) | (31.405) | (80.340) | (7.256) | (12.308) | (143.018) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (484.304) | (564.688) | (4.716.233) | (4.399.318) | (13.379) | (539.007) | (10.716.929) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 664.859 | 533.709 | 4.057.942 | 4.727.947 | 1.471.966 | 313.745 | 11.770.168 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 905.118 | 608.467 | 4.211.786 | 4.850.557 | 2.739.372 | 330.948 | 13.646.248 |

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, vagões e locomotivas no montante de R\$ 745.203 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2019), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 34.107 (R\$ 2.506 em 31 de dezembro de 2019).

5.12.2 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

| Ativo intangível (exceto ágio) | Taxa anual de amortização % |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| Licença de software | 20,00% |
| Licença de operação | 3,70% |
| Direito de concessão | 1,59% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Consolidado | | | | Controladora |
|--|---------------------|--------------------------------------|---------------------|------------------|--------------------|
| | Ágio ⁽ⁱ⁾ | Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾ | Licença de operação | Outros | Total |
| Valor de custo: | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 100.451 | 8.000.700 | 343.177 | 189.045 | 8.633.373 |
| Adições | - | 12.031 | - | 4.138 | 16.169 |
| Transferências | - | - | 171 | 13.484 | 13.655 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 100.451 | 8.012.731 | 343.348 | 206.667 | 8.663.197 |
| Adições | - | 5.227 | - | 4.445 | 9.672 |
| Transferências | - | - | - | 19.365 | 19.365 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 100.451 | 8.017.958 | 343.348 | 230.477 | 8.692.234 |
| Amortização e redução ao valor recuperável: | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | - | (881.632) | (131.909) | (125.950) | (1.139.491) |
| Adições | - | (121.103) | (11.766) | (15.749) | (148.618) |
| Transferências | - | - | - | (55) | (55) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | - | (1.002.735) | (143.675) | (141.754) | (1.288.164) |
| Adições | - | (121.574) | (11.774) | (19.290) | (152.638) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | (1.124.309) | (155.449) | (161.044) | (1.440.802) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 100.451 | 7.009.996 | 199.673 | 64.913 | 7.375.033 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 100.451 | 6.893.649 | 187.899 | 69.433 | 7.251.432 |

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 do Terminal T-16 em Santos e R\$37.529 da controlada indireta Logisport, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

5.12.3 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Como mencionado na Nota 4.2, a Companhia celebrou com a união por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, que garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de mais 30 anos, contados a partir de 2028. Essa transação é a principal adição do exercício, como podemos verificar nos quadros de movimentação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Consolidado | | | | | | |
|--|------------------------------------|--------------------------------------|----------------------|-----------------|-----------------|--|------------------|
| | Terrenos, edifícios e benfeitorias | Máquinas, equipamentos e instalações | Vagões e locomotivas | Software | Veículos | Infraestrutura ferroviária e portuária | Total |
| Valor de custo: | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 161.485 | 11.093 | 1.286.671 | 66.931 | 13.085 | 842.782 | 2.382.047 |
| Adições | 7.073 | 3.045 | 1.004 | - | 732 | 2.904.778 | 2.916.632 |
| Reajuste contratual | 9.883 | 68 | 712 | - | 442 | 54.828 | 65.933 |
| Transferências para imobilizado | - | (2.539) | (249.746) | - | - | 1.565 | (250.720) |
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | 178.441 | 11.667 | 1.038.641 | 66.931 | 14.259 | 3.803.953 | 5.113.892 |
| Adições | 91.095 | 8.512 | 864 | 15.438 | - | 3.406.560 | 3.522.469 |
| Reajuste contratual | 834 | 10.397 | 1.783 | - | (334) | 251.854 | 264.534 |
| Transferências para imobilizado | - | - | (107.963) | - | - | - | (107.963) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 270.370 | 30.576 | 933.325 | 82.369 | 13.925 | 7.462.367 | 8.792.932 |
| Amortização: | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | (50.450) | (2.532) | (462.748) | - | - | (131.541) | (647.271) |
| Adições | (10.649) | (3.029) | (9.018) | (7.594) | (6.459) | (118.915) | (155.664) |
| Transferências | (7.233) | 2.532 | 104.694 | - | 2 | - | 99.995 |
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | (68.332) | (3.029) | (367.072) | (7.594) | (6.457) | (250.456) | (702.940) |
| Adições | (27.226) | (3.162) | (53.413) | (4.940) | (6.572) | (230.057) | (325.370) |
| Transferências para imobilizado | - | - | 59.745 | - | - | - | 59.745 |
| Redução ao valor recuperável | - | - | - | - | - | (966) | (966) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (95.558) | (6.191) | (360.740) | (12.534) | (13.029) | (481.479) | (969.531) |
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | 110.109 | 8.638 | 671.569 | 59.337 | 7.802 | 3.553.497 | 4.410.952 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 174.812 | 24.385 | 572.585 | 69.835 | 896 | 6.980.888 | 7.823.401 |

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| ICMS | 189 | 32 | 16.481 | 3.142 |
| INSS | 221 | 194 | 10.272 | 9.383 |
| PIS | 1.458 | 511 | 2.074 | 703 |
| COFINS | 6.898 | 2.475 | 9.962 | 3.427 |
| Parcelamento de débitos tributários | 902 | 902 | 2.791 | 10.942 |
| ISS | - | - | 12.107 | 6.753 |
| IOF | 16 | 45 | 256 | 309 |
| Outros | 324 | 162 | 10.782 | 6.647 |
| | 10.008 | 4.321 | 64.725 | 41.306 |
| Circulante | 10.008 | 4.321 | 62.602 | 33.726 |
| Não circulante | - | - | 2.123 | 7.580 |
| | 10.008 | 4.321 | 64.725 | 41.306 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

| | Consolidado | |
|----------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| 13 a 24 meses | 373 | 2.136 |
| 25 a 36 meses | 235 | 2.569 |
| 37 a 48 meses | 235 | 1.848 |
| 49 a 60 meses | 215 | 754 |
| 61 a 72 meses | 53 | 62 |
| 73 a 84 meses | 53 | 48 |
| 85 a 96 meses | 53 | 48 |
| A partir de 97 meses | 906 | 115 |
| | 2.123 | 7.580 |

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

i. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 349.300 | 779.228 | 474.664 | 915.119 |
| Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%) | (118.762) | (264.938) | (161.386) | (311.140) |
| Ajustes para cálculo da taxa efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | 91.008 | 288.216 | 4.450 | 7.438 |
| Resultado de empresas no exterior | - | - | (16.223) | (5.801) |
| Lucro da exploração | - | - | 109.081 | 178.609 |
| Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾ | (32.042) | 637 | (145.326) | (53.253) |
| Efeito de amortização do ágio | (16.869) | (16.869) | 1.271 | 1.271 |
| Juros sobre capital próprio | (8.942) | (13.260) | - | - |
| Outros | 33.470 | 5.223 | 38.144 | 53.628 |
| Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) | (52.137) | (991) | (169.989) | (129.248) |
| Taxa efetiva - % | 14,93% | 0,13% | 35,81% | 14,12% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Créditos ativos de: | | | | |
| Prejuízos fiscais | 250.871 | 250.279 | 1.841.755 | 1.782.085 |
| Base negativa de contribuição social | 101.127 | 100.914 | 675.123 | 653.792 |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para demandas judiciais | 19.723 | 18.015 | 197.431 | 200.872 |
| Provisão para perda ao valor recuperável | 30.327 | 30.327 | 226.092 | 203.057 |
| Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa | 231 | 642 | 14.752 | 14.648 |
| Provisão para não realização de impostos | - | - | 45.149 | 41.295 |
| Provisão para participação nos resultados | 115 | 3.887 | 9.058 | 39.545 |
| Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾ | 28.461 | 2.826 | 595.395 | 68.532 |
| Revisão de vida útil de ativo imobilizado | - | - | 629.635 | 666.017 |
| Ajuste valor justo sobre a dívida | 77.667 | 22.773 | 526.001 | 174.596 |
| Diferenças temporárias sobre outras provisões | 5.715 | - | 95.191 | 80.405 |
| Combinação de negócios - imobilizado | 2.143 | 1.885 | 34.907 | 49.293 |
| Transações com pagamentos baseado em ações | 14.009 | - | 14.009 | - |
| Outros | - | 12.291 | 233.941 | 122.318 |
| Tributos diferidos - Ativos | 530.389 | 443.839 | 5.138.439 | 4.096.455 |
| (-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos | (344.005) | (345.429) | (2.281.470) | (2.183.537) |
| Créditos passivos de: | | | | |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Ágio fiscal amortizado | - | - | (24.838) | (24.838) |
| Passivos de arrendamento | (826) | (809) | (22.214) | (36.589) |
| Resultado não realizado com derivativos | (139.588) | (31.441) | (1.464.591) | (556.031) |
| Revisão de vida útil de ativo imobilizado | (3.416) | (965) | - | - |
| Combinação de negócios - Intangível | (61.204) | (65.195) | (2.549.151) | (2.573.178) |
| Outros | - | - | (40.482) | (38.649) |
| Tributos diferidos - Passivos | (205.034) | (98.410) | (4.101.276) | (3.229.285) |
| Total de tributos diferidos | (18.650) | - | (1.244.307) | (1.316.367) |
| Diferido ativo | - | - | 1.270.621 | 1.174.484 |
| Diferido passivo | (18.650) | - | (2.514.928) | (2.490.851) |
| Total | (18.650) | - | (1.244.307) | (1.316.367) |

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou os impactos observados da pandemia de COVID-19 e da renovação da Malha Paulista, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2020:

| | Diferido ativo |
|--------------|---------------------------|
| 2021 | 55.296 |
| 2022 | 56.567 |
| 2023 | 60.405 |
| 2024 | 56.730 |
| 2025 | 55.336 |
| 2026 a 2028 | 140.961 |
| 2029 a 2031 | 410.670 |
| 2032 a 2034 | 434.656 |
| Total | <u>1.270.621</u> |

d) Movimentações no imposto diferido

| | Consolidado |
|--|---------------------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | <u>(1.390.602)</u> |
| Resultado | 31.539 |
| Compensação de prejuízo fiscal sobre parcelamento - PERT | 81 |
| Passivo atuarial | 41.709 |
| Adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16 | 906 |
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | <u>(1.316.367)</u> |
| Resultado | 71.874 |
| Passivo atuarial | (74) |
| Outros | 260 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | <u>(1.244.307)</u> |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

| | Prejuízo fiscal e base negativa | Variação cambial | Provisões | Ajuste a valor justo da dívida | Imobilizado | Créditos não registrados | Outros | Total |
|--|---------------------------------------|---------------------|----------------|--------------------------------------|----------------|-----------------------------|----------------|------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2019 | 2.439.167 | - | 545.573 | 57.298 | 562.699 | (1.831.832) | 249.716 | 2.022.621 |
| (Cobrado) / creditado | | | | | | | | |
| do resultado do exercício | (3.290) | | (46.156) | 117.298 | 103.318 | (61.662) | 2.300 | 111.808 |
| Diferenças cambiais | - | 68.532 | - | - | - | - | - | 68.532 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 2.435.877 | 68.532 | 499.417 | 174.596 | 666.017 | (1.893.494) | 252.016 | 2.202.961 |
| (Cobrado) / creditado | | | | | | | | |
| do resultado do exercício | 81.001 | - | (6.935) | 351.405 | (36.382) | (39.699) | 126.032 | 475.422 |
| Diferenças cambiais | - | 526.863 | - | - | - | - | - | 526.863 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 2.516.878 | 595.395 | 492.482 | 526.001 | 629.635 | (1.933.193) | 378.048 | 3.205.246 |

ii. Impostos diferidos passivos

| | Intangível | Resultado não realizado com derivativos | Passivos de arrendament os | Créditos não registrados | Outros | Total |
|--|--------------------|---|----------------------------------|-----------------------------|-----------------|--------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2019 | (2.578.722) | (307.098) | (228.041) | (123.051) | (56.762) | (3.293.674) |
| (Cobrado) / creditado | | | | | | |
| do resultado do exercício | 5.544 | (248.933) | 191.452 | (166.992) | (6.725) | (225.654) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (2.573.178) | (556.031) | (36.589) | (290.043) | (63.487) | (3.519.328) |
| (Cobrado) / creditado | | | | | | |
| do resultado do exercício | 24.027 | (908.560) | 14.155 | (58.234) | (1.799) | (930.411) |
| dos outros resultados abrangentes | - | - | 220 | - | (34) | 186 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (2.549.151) | (1.464.591) | (22.214) | (348.277) | (65.320) | (4.449.553) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

| Provisão para demandas judiciais | | | | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Tributárias | 2.235 | 2.453 | 79.447 | 79.006 |
| Cíveis, regulatórias e ambientais | 17.782 | 7.791 | 150.173 | 137.081 |
| Trabalhistas | 32.791 | 37.833 | 243.484 | 264.856 |
| | 52.808 | 48.077 | 473.104 | 480.943 |

| Depósitos judiciais | | | | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Tributárias | 13.477 | 6.485 | 46.770 | 37.999 |
| Cíveis, regulatórias e ambientais ⁽ⁱ⁾ | 2.565 | 2.172 | 59.413 | 178.033 |
| Trabalhistas | 16.174 | 14.149 | 224.419 | 199.214 |
| | 32.216 | 22.806 | 330.602 | 415.246 |

- (i) Redução decorre dos depósitos revertidos em favor da União no acordo firmado em torno da ação de reequilíbrio econômico-financeiro por ocasião da renovação do contrato de concessão da Malha Paulista (nota 4.16).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

| | Controladora | | | |
|--|---------------------|--|---------------------|---------------|
| | Tributárias | Cíveis, regulatórias e ambientais | Trabalhistas | Total |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 1.782 | 6.436 | 31.653 | 39.871 |
| Provisionados no exercício | 4.347 | 15.315 | 9.659 | 29.321 |
| Baixas por reversão ou pagamento | (9.897) | (32.023) | (11.142) | (53.062) |
| Atualização monetária ⁽ⁱ⁾ | 6.221 | 18.063 | 7.663 | 31.947 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 2.453 | 7.791 | 37.833 | 48.077 |
| Provisionados no exercício | 22 | 3.600 | 4.896 | 8.518 |
| Baixas por reversão ou pagamento | (372) | (5.020) | (12.064) | (17.456) |
| Atualização monetária ⁽ⁱ⁾ | 132 | 11.411 | 2.126 | 13.669 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 2.235 | 17.782 | 32.791 | 52.808 |

| | Consolidado | | | |
|--|--------------------|--|---------------------|----------------|
| | Tributárias | Cíveis, regulatórias e ambientais | Trabalhistas | Total |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 76.770 | 145.735 | 292.147 | 514.652 |
| Provisionados no exercício | 8.131 | 28.996 | 56.209 | 93.336 |
| Baixas por reversão ou pagamento | (14.494) | (70.472) | (113.678) | (198.644) |
| Atualização monetária ⁽ⁱ⁾ | 8.599 | 32.822 | 30.178 | 71.599 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 79.006 | 137.081 | 264.856 | 480.943 |
| Provisionados no exercício | 1.502 | 15.645 | 49.510 | 66.657 |
| Baixas por reversão ou pagamento | (2.005) | (45.320) | (95.022) | (142.347) |
| Atualização monetária ⁽ⁱ⁾ | 944 | 42.767 | 24.140 | 67.851 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 79.447 | 150.173 | 243.484 | 473.104 |

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| ICMS ⁽ⁱ⁾ | - | - | 51.470 | 50.921 |
| PIS e COFINS | - | - | 2.050 | 2.023 |
| INSS | 664 | 654 | 24.093 | 23.175 |
| Outros | 1.571 | 1.799 | 1.834 | 2.887 |
| | 2.235 | 2.453 | 79.447 | 79.006 |

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Perdas possíveis**

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Tributárias | 974.492 | 1.013.112 | 3.655.279 | 2.651.196 |
| Cíveis, regulatórias e ambientais | 160.054 | 278.115 | 3.765.974 | 3.402.591 |
| Trabalhistas | 122.066 | 113.049 | 865.222 | 875.346 |
| | 1.256.612 | 1.404.276 | 8.286.475 | 6.929.133 |

- **Tributários:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ganho de capital ⁽ⁱ⁾ | 84.953 | 83.734 | 84.953 | 83.734 |
| Multa isolada tributo federal ⁽ⁱⁱ⁾ | 457.381 | 467.718 | 473.690 | 483.577 |
| IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 278.315 | 262.384 | 510.401 | 474.832 |
| ICMS ^(iv) | 92 | 78 | 1.120.336 | 839.812 |
| IRRF ^(v) | 55.259 | 54.008 | 133.837 | 131.402 |
| PIS/COFINS ^(vi) | 3.981 | 4.600 | 868.789 | 155.411 |
| Operações financeiras no exterior ^(vii) | - | - | 29.136 | 28.701 |
| MP 470 parcelamento de débitos ^(viii) | - | - | 116.276 | 115.080 |
| Plano de opção de compra de ações ^(ix) | 53.695 | 59.956 | 63.986 | 70.072 |
| IOF s/ Mútuo ^(x) | 14.886 | 53.765 | 14.886 | 53.765 |
| Compensação com crédito prêmio ^(xi) | - | - | 45.609 | 44.784 |
| Outros | 25.930 | 26.869 | 193.380 | 170.026 |
| | 974.492 | 1.013.112 | 3.655.279 | 2.651.196 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e c) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (ii) A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (iii) Autos de infração que exige IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçu. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçu Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Rumo Malha Paulista, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, bem como de 2014 e 2018, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea.

- (v) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (vii) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: Infração a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; Infração b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; Infração c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; Infração d) erro na contabilização e não-inclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; Infração e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; Infração f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e Infração g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (viii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (ix) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (x) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(xi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Cíveis | 111.478 | 247.614 | 2.440.468 | 2.080.218 |
| Regulatórias | 47.501 | 29.525 | 728.064 | 802.906 |
| Ambientais | 1.075 | 976 | 597.442 | 519.467 |
| | 160.054 | 278.115 | 3.765.974 | 3.402.591 |

Em 25 de julho de 2018 a Companhia teve ciência da instauração de inquérito administrativo perante o CADE para apuração de representação formulada pela Agrovía. A Companhia refuta os argumentos apresentados pela mesma e ressalta que grande parte dos fatos já foram analisados e rejeitados pelo próprio órgão em outro processo administrativo. A Companhia avalia como possível o risco de que um processo administrativo seja criado e ou venha a incorrer em perda neste processo. Devido ao estágio inicial do tema, não é possível estimar o valor em risco.

- **Trabalhistas:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Reclamações trabalhistas | 122.066 | 113.049 | 865.222 | 875.346 |
| | 122.066 | 113.049 | 865.222 | 875.346 |

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia"), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA ("ALL"), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, em como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| Arrendamento e concessão em litígio: | | |
| Rumo Malha Paulista | 101.871 | 1.870.018 |
| Rumo Malha Oeste | 1.617.764 | 1.528.238 |
| | 1.719.635 | 3.398.256 |
| Arrendamentos parcelados: | | |
| Rumo Malha Paulista | 1.154.919 | - |
| | 1.154.919 | - |
| Concessões: | | |
| Rumo Malha Sul | 84.637 | 36.621 |
| Rumo Malha Paulista | 24.151 | 20.003 |
| | 108.788 | 56.624 |
| Total | 2.983.342 | 3.454.880 |
| Circulante | 158.705 | 9.847 |
| Não circulante | 2.824.637 | 3.445.033 |
| | 2.983.342 | 3.454.880 |

Arrendamento e concessão em litígio:

A Rumo Malha Oeste pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Malha Oeste, em janeiro de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Rumo Malha Paulista | - | 119.806 |
| Rumo Malha Oeste | 22.119 | 21.703 |
| | 22.119 | 141.509 |

Os depósitos judiciais da Subsidiária Rumo Malha Paulista vinculados ao saldo em litígio sobre reequilíbrio do contrato de arrendamento e concessão foram convertidos em favor da União no encontro de contas decorrente do acordo firmado entre as partes no processo de renovação do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamentos parcelados:

Como condição para celebrar o aditivo de renovação da Malha Paulista, constava a necessidade de a Companhia solucionar o litígio envolvendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original. Para tal foi celebrado um acordo entre Rumo Malha Paulista, União e ANTT, no qual restou acordado: i) um crédito a favor da Companhia relativo a penhoras trabalhistas pagas até 2005; ii) a conversão dos depósitos judiciais existentes em favor da União; iii) um saldo incontroverso em favor da União, parcelado em oito parcelas anuais corrigidas pela Selic (saldo transferido da conta de “Arrendamento e concessão em litígio” para “Arrendamentos parcelados”); iv) uma parcela de passivo a ser compensada com potenciais créditos em favor da Companhia, créditos estes, sujeitos à de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes (saldo mantido na conta de “Arrendamento e concessão em litígio”).

Os efeitos do encontro de contas foram atualizados até a data de registro e resultaram na reversão de R\$ 479.563 (R\$ 348.319 em outras receitas (despesas) operacionais nota 6.3 e R\$ 131.243 em resultados financeiros nota 6.4).

Em razão do acordo celebrado foram requeridas as suspensões dos trâmites de ações judiciais de regresso ajuizadas pela Rumo em face da União para apuração dos créditos trabalhistas que não fizeram parte do acordo (a partir de 2005) e que serão objeto de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes. Em paralelo, as partes apresentaram pedido de homologação judicial do acordo nos autos da ação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------------|-------------------|
| Arrendamentos: | | |
| Rumo Malha Sul | 600.745 | 532.496 |
| Rumo Malha Paulista | 475.647 | 377.944 |
| Rumo Malha Oeste | 179.568 | 216.096 |
| Elevações Portuárias | 76.925 | 74.584 |
| Portofer | 12.463 | 13.435 |
| | 1.345.348 | 1.214.555 |
| Outorgas: | | |
| Rumo Malha Paulista (renovação) ⁽ⁱ⁾ | 492.222 | - |
| Malha Central ⁽ⁱ⁾ | 491.354 | 2.728.931 |
| | 983.576 | 2.728.931 |
| Total | 2.328.924 | 3.943.486 |
| Circulante | 232.212 | 402.991 |
| Não circulante | 2.096.712 | 3.540.495 |
| | 2.328.924 | 3.943.486 |

(i) Em 15 de setembro de 2020, a Companhia pagou antecipadamente parte dos passivos de concessão, conforme mencionado na Nota 4.6 e 5.6.

b) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 6%.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2020, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 56%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O contrato de concessão e arrendamento da Elevações Portuárias prevê investimentos visando melhoramento e modernização das instalações e equipamentos nela alocados, estimados no montante de R\$340.000. Na data do balanço, a subsidiária havia realizado investimentos ao custo de R\$ 270.629.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Companhia realizou em 28 de agosto de 2020, aumento de capital no montante de 6.400.000 por meio de oferta pública primária de 294.252.874 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal (Nota 4.3).

Após o aumento do capital social o capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de 16.054.897 (R\$ 9.654.897 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 1.853.268.772 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

| | Ações ordinárias | |
|--|-------------------------|----------------|
| | Quantidade | % |
| Acionistas | | |
| Cosan Logística S.A. | 522.463.883 | 28,19% |
| Julia Arduini | 71.005.654 | 3,83% |
| Cosan S.A. | 40.065.607 | 2,16% |
| Administradores | 1.915.912 | 0,10% |
| Tesouraria | 532.000 | 0,03% |
| Free float (em negociação na bolsa de valores) | 1.217.285.716 | 65,68% |
| Total de ações em circulação | 1.853.268.772 | 100,00% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reserva de capital

Política contábil:

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$ 13.536 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$ 4.819 pelas opções de ações exercidas;
- Decréscimo de R\$ 65.019 referente aos gastos com emissão de ações;
- Decréscimo de R\$ 64 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não destinou reserva legal (R\$ 38.911 em 31 de dezembro de 2019), e destinou o saldo dessa reserva de R\$ 52.129 para absorção pelo prejuízo acumulado de exercícios anteriores registrado no patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Incentivos fiscais – SUDAM

Política contábil

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Rumo Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2020 sobre o lucro da exploração foi de R\$109.081 (R\$178.609 em 31 de dezembro de 2019), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada Rumo Malha Norte.

e) Ações em tesouraria

Em 28 de outubro de 2020 foi aprovado o plano de recompra de 21.482.277 ações, o que representa 1,16% do capital social da Companhia, o plano o prazo de realização de 18 meses, ou seja, até 29 de abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia registrado a recompra de 532.000, ao preço médio de R\$ 19,34, mantidas em em tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

f) Outros resultados abrangentes

| | 31/12/2019 | Base | Tributos diferidos | Líquido | 31/12/2020 |
|--|---------------|--------------|--------------------|--------------|----------------|
| Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas | 21.436 | 7.958 | - | 7.958 | 29.394 |
| Ganhos atuariais com plano de pensão | (3.193) | 865 | (294) | 571 | (2.622) |
| Custo atribuído | 2.834 | (30) | - | (30) | 2.804 |
| Total | 21.077 | 8.793 | (294) | 8.499 | 29.576 |

| | 31/12/2018 | Base | Tributos diferidos | Líquido | 31/12/2019 |
|--|---------------|--------------|--------------------|--------------|----------------|
| Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas | 18.221 | 3.215 | - | 3.215 | 21.436 |
| Perdas atuariais com plano de pensão | (2.694) | (580) | 81 | (499) | (3.193) |
| Custo atribuído | 3.380 | (546) | - | (546) | 2.834 |
| Total | 18.907 | 2.089 | 81 | 2.170 | 21.077 |

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita bruta na venda de serviços | 1.004.507 | 633.856 | 7.349.804 | 7.473.730 |
| Impostos e deduções sobre venda de serviços | (54.238) | (37.441) | (383.645) | (385.890) |
| Receita operacional líquida | 950.269 | 596.415 | 6.966.159 | 7.087.840 |

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Transporte de carga e acessórios | 950.269 | 596.415 | 6.388.273 | 6.548.109 |
| Elevação de carga | - | - | 377.502 | 351.563 |
| Direito de passagem | - | - | 173.358 | 164.907 |
| Outros | - | - | 27.026 | 23.261 |
| Receita operacional líquida | 950.269 | 596.415 | 6.966.159 | 7.087.840 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Material de uso e consumo | (1.064) | (566) | (152.667) | (145.540) |
| Despesa com pessoal | (18.656) | (7.766) | (932.421) | (923.624) |
| Depreciação e amortização | (100.700) | (102.956) | (1.617.447) | (1.675.637) |
| Despesas com serviços de terceiros | (6.036) | (4.710) | (373.470) | (344.339) |
| Despesas com transporte e elevação | (621.776) | (368.153) | (1.809.056) | (1.696.366) |
| Despesas com aluguel (Nota 5.6) | - | - | (59.693) | (48.182) |
| Outras despesas | (15.876) | (25.705) | (214.398) | (138.698) |
| | (764.108) | (509.856) | (5.159.152) | (4.972.386) |
| Custo dos serviços prestados | (731.144) | (484.314) | (4.721.507) | (4.608.781) |
| Despesas comerciais | 594 | 107 | (30.670) | (6.983) |
| Despesas gerais e administrativas | (33.558) | (25.649) | (406.975) | (356.622) |
| | (764.108) | (509.856) | (5.159.152) | (4.972.386) |

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Efeito líquido das demandas judiciais | (8.285) | (15.907) | (86.744) | (73.065) |
| Receita de aluguéis e arrendamentos | 25.200 | 14.420 | - | - |
| Resultado na venda de sucatas / eventuais | 7.775 | 1.830 | 37.888 | 45.566 |
| Amortização de direito de uso ⁽ⁱ⁾ | - | - | (97.560) | (40.545) |
| Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível | - | - | 42.576 | 4.454 |
| Créditos fiscais extemporâneos | 3.453 | 13.244 | 102.576 | 40.447 |
| Liquidação de disputas no processo de renovação ⁽ⁱⁱ⁾ | - | - | 278.496 | - |
| Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.12.2) | - | - | (143.984) | - |
| Outros | (4.636) | (1.903) | (4.861) | (941) |
| | 23.507 | 11.684 | 128.387 | (24.084) |

(i) A depreciação dos ativos de direito de uso da Malha Central está sendo apresentada em outras despesas operacionais, pois a companhia está em fase pré-operacional e, consequentemente, não gerando receita.

(ii) R\$ 348.319 de efeito positivo relativo à reversão de passivos de arrendamento em litígio registrado em maio (Nota 5.16.a); e R\$ 69.823 de efeito negativo registrado em janeiro decorrente de disputas administrativas e judiciais envolvendo o Poder Concedente e a Malha Paulista, cuja discussão a Companhia abriu mão como pré-requisito para a conclusão do processo de renovação antecipada da concessão, um dos requisitos impostos pelo TCU – Tribunal de Contas da União.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Custo da dívida bruta | | | | |
| Juros e variação monetária | (430.964) | (216.470) | (1.075.759) | (1.076.799) |
| Variação cambial líquida sobre dívidas | (68.111) | (8.394) | (1.562.336) | (202.789) |
| Resultado com derivativos e valor justo | 328.043 | 81.723 | 1.820.960 | 676.422 |
| Amortização do gasto de captação | (18.344) | (6.208) | (48.020) | (40.395) |
| Fianças e garantias sobre dívidas | (3.462) | (11.981) | (36.316) | (44.255) |
| | (192.838) | (161.330) | (901.471) | (687.816) |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 49.234 | 15.438 | 134.983 | 155.221 |
| | 49.234 | 15.438 | 134.983 | 155.221 |
| Custo da dívida, líquida | (143.604) | (145.892) | (766.488) | (532.595) |
| Outros encargos e variações monetárias | | | | |
| Juros sobre outros recebíveis | 39.459 | 8.572 | 42.007 | 47.311 |
| Arrendamento e concessão em litígio | - | - | (108.016) | (190.272) |
| Passivos de arrendamento | (10) | (56) | (549.489) | (363.753) |
| Despesas bancárias e outros | (4.767) | (1.099) | (54.862) | (52.104) |
| Reversão de encargos de passivo de arrendamento em litígio ⁽ⁱ⁾ | - | - | 131.243 | - |
| Juros sobre contingências e contratos comerciais | (9.686) | (21.458) | (152.484) | (84.386) |
| Variação cambial e derivativos | (4.477) | (2.054) | (15.006) | (3.104) |
| Juros sobre outras obrigações | (4.953) | (4.722) | (722) | (19.224) |
| | 15.566 | (20.817) | (707.329) | (665.532) |
| Resultado financeiro, líquido | (128.038) | (166.709) | (1.473.817) | (1.198.127) |
| Reconciliação | | | | |
| Despesas financeiras | (472.186) | (261.996) | (1.894.425) | (1.871.188) |
| Receitas financeiras | 88.693 | 24.012 | 176.990 | 202.532 |
| Variação cambial | (72.588) | (10.448) | (1.577.342) | (205.839) |
| Derivativos | 328.043 | 81.723 | 1.820.960 | 676.368 |
| Resultado financeiro, líquido | (128.038) | (166.709) | (1.473.817) | (1.198.127) |

(i) Efeito positivo relativo à parcela de encargos incluída na reversão de passivos de arrendamento em litígio registrada em maio (Nota 5.16.a).

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações. O primeiro, o “Plano de *stock grant*”, concede ações da Companhia para administradores e funcionários. O segundo, o “Plano de *stock option*”, concede o direito de adquirir ações (opções) da Companhia a um preço determinado. Em ambos os casos, o direito de adquirir ou receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia o modelo de Remuneração Baseada em Ações (“*Stock Grant*”), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

O número de ações a serem distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior à outorga. As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das ações entregues.

Os seguintes acordos de pagamento baseados em ações:

| Planos <i>stock grants</i> | Período de carência (anos) | Data da outorga | Taxa de juros | Volatilidade | Ações outorgadas | Exercidas / canceladas | Vigentes em 31/12/2020 | Preço de mercado na data de outorga - R\$ | Valor justo na data de outorga - R\$ |
|----------------------------|----------------------------|-----------------|---------------|--------------|------------------|------------------------|------------------------|---|--------------------------------------|
| Plano de 2015 | 5 | 01/10/2015 | 11,33% | 42,75% | 1.485.900 | (1.485.900) | - | 6,10 | 6,10 |
| Plano de 2016 | 5 | 02/01/2017 | 11,33% | 42,75% | 1.476.000 | (236.000) | 1.240.000 | 6,10 | 6,10 |
| Plano de 2017 | 5 | 01/09/2017 | 9,93% | 29,76% | 870.900 | (144.450) | 726.450 | 10,42 | 10,42 |
| Plano de 2018 | 5 | 01/08/2018 | 10,93% | 31,97% | 1.149.544 | (173.453) | 976.091 | 13,94 | 13,94 |
| Plano de 2019 | 5 | 15/08/2019 | 6,28% | 27,46% | 843.152 | (29.074) | 814.078 | 22,17 | 22,17 |
| Plano de 2020 | 5 | 11/11/2020 | 6,94% | 41,03% | 776.142 | - | 776.142 | 20,01 | 20,01 |
| | | | | | 6.601.638 | (2.068.877) | 4.532.761 | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

| | <i>Stock option</i> | | <i>Stock option</i> |
|--|-----------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| | Antiga ALL | | Rumo S.A |
| | Quantidade de opções | Preço médio de exercício | Quantidade de ações |
| Saldo em 01 de janeiro de 2019 | 198.225 | 54,83 | 4.538.373 |
| Outorgadas | - | - | 843.152 |
| Perdidas / canceladas | (47.563) | 61,04 | (127.407) |
| Exercidas / entregues | - | - | (25.932) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 150.662 | 56,61 | 5.228.186 |
| Outorgadas | - | - | 776.142 |
| Exercidas / entregues | - | - | (1.325.548) |
| Perdidas / canceladas | (51.311) | 73,59 | (146.019) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 99.351 | 68,54 | 4.532.761 |

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos R\$13.730 como despesas relativas à apropriação dos Planos de “*Stock Option*” (R\$10.472 em 31 de dezembro de 2019).

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Resultado do exercício | 297.163 | 778.237 |
| Efeito de diluição: | | |
| Efeito dilutivo - Brado Logística | - | 1.466 |
| Resultado diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores | 297.163 | 779.703 |
| Denominador: | | |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação | 1.664.084 | 1.559.167 |
| Efeito de diluição: | | |
| Efeito dilutivo - Brado Logística | - | 3.264 |
| Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações | 4.456 | 4.249 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído | 1.668.540 | 1.566.680 |
| Resultado básico por ação ordinária | <u>R\$0,17857</u> | <u>R\$0,49914</u> |
| Resultado diluído por ação ordinária | <u>R\$0,17810</u> | <u>R\$0,49768</u> |

Instrumentos diluidores

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Companhia determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio da Companhia. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível. As premissas de valor e forma de liquidação estão sujeitas à decisão do procedimento arbitral e em 31 de dezembro de 2020 o efeito é antidilutivo enquanto para 31 de dezembro de 2019 a melhor estimativa é de 3.264 ações, com efeito dilutivo, que portanto considerados na análise do lucro por ação diluído.

A Companhia possui planos de remuneração baseados em ações, como detalhado na nota 6.5, cujos instrumentos (opções ou ações restritas). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 possuem efeito dilutivo.